STJ00111653

Conrado Paulino da Rosa

DIREITO DE FAMÍLIA
Contemporâneo

8ª edição | revista atualizada ampliada

2021

EDITORA JUSPODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

STJ00111653

EDITORA JusPODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia
Tel: (71) 3045.9051
• Contato: https://www.editorajuspodivm.com.br/sac

Copyright: Edições *Jus*PODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Ana Caquetti

Gráficos elaborados pela designer: Pamela May

1191640

R788c Rosa, Conrado Paulino da.
Direito de Família Contemporâneo / Conrado Paulino da Rosa – 8. ed. rev., ampl. e atual. – Salvador: JusPODIVM, 2021.
912 p.

Bibliografia.
ISBN 978-65-5680-297-8.

1. Direito Civil. 2. Direito de Família. I. Rosa, Conrado Paulino da. II. Título.

CDD 342.16

Todos os direitos desta edição reservados a Edições *Jus*PODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições *Jus*PODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

STJ00111653

Sumário

1. INTRODUÇÃO AO DIREITO DE FAMÍLIA 25

1.1. A FAMÍLIA ATRAVÉS DOS TEMPOS: DA GESTÃO MASCULINA AUTÔNOMA À INGERÊNCIA ESTATAL 25

1.2. O AVANÇO DA INTERVENÇÃO ESTATAL E SUA INEFICIÊNCIA 35

1.3. A FAMÍLIA NA CONTEMPORANEIDADE 56

1.4. O DIREITO DE FAMÍLIA "MÍNIMO" *VERSUS* DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE "MÁXIMO" 73

2. DAS FAMÍLIAS EXPRESSAMENTE PREVISTAS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL 81

2.1. MATRIMONIAL 81

2.1.1. Conceito 81

2.1.2. Capacidade 82

2.1.3. Impedimentos 86

2.1.3.1. Absolutos 86

2.1.3.2. Relativos 91

2.1.3.3. Legitimidade para arguir impedimentos 94

2.1.3.4. Resumo quanto aos impedimentos matrimoniais 96

2.1.4. Modalidades 96

2.1.4.1. Civil 96

2.1.4.2. Religioso 98

2.1.4.3. Por procuração 99

STJ00111653

2.1.4.4. Casamento em caso de moléstia grave e nuncupativo (in extremis) ... 100
2.1.4.5. Putativo ... 102
2.1.4.6. Consular ... 104
2.1.4.7. De estrangeiros ... 104
2.1.5. Prova ... 104
2.1.6. Invalidade ... 105
2.1.6.1. Nulidade ... 106
2.1.6.2. Anulabilidade ... 108
2.1.6.3. Quadro comparativo das hipóteses de nulidade e anulabilidade do casamento ... 118
2.1.7. Eficácia ... 118
2.1.7.1. Deveres comuns e igualdade conjugal ... 119
2.1.7.2. Acréscimo do nome ... 119
2.1.7.3. Dever de fidelidade recíproca ... 122
2.1.7.4. Dever de respeito e consideração mútuos ... 123
2.1.7.5. Dever de vida em comum no domicílio conjugal ... 124
2.1.7.6. Dever de mútua assistência ... 125
2.1.7.7. Dever de sustento, guarda e educação dos filhos ... 125
2.1.8. Resumo dos tópicos abordados ... 126
2.2. CONVIVENCIAL (UNIÃO ESTÁVEL) ... 127
2.2.1. Conceito e visão histórica ... 127
2.2.2. Características ... 129
2.2.3. Requisitos ... 130
2.2.3.1. Dualidade de sexos ... 131
2.2.3.2. Publicidade ... 133
2.2.3.3. Durabilidade ... 134
2.2.3.4. Continuidade ... 136
2.2.3.5. Objetivo de constituição de família ... 137
2.2.3.6. Desnecessidade de coabitação ... 139
2.2.4. Impedimentos ... 141
2.2.5. Da inaplicabilidade das causas suspensivas matrimoniais às relações convivenciais ... 141
2.2.6. Resumo quanto aos requisitos e impedimentos ... 145
2.2.7. Termo inicial: em que momento o “crush” vira direito? ... 146
2.2.8. Direitos e deveres ... 149
2.2.9. Efeitos e conteúdo do contrato ou escritura de convivência ... 151

STJ00111653

2.2.10. Da possibilidade de renúncia à herança no contrato ou escritura de convivência 157
2.2.11. Da possibilidade de realização de contrato ou escritura pública de namoro 160
2.2.12. Necessidade de outorga do convivente para alienação de imóveis 163
2.2.13. Conversão da união estável em casamento 166
2.2.14. Diferenças existentes em relação aos direitos dos cônjuges 168
2.3. MONOPARENTAL 171
2.3.1. Conceito 171
2.3.2. Hipóteses 172

3. DAS FAMÍLIAS IMPLICITAMENTE PREVISTAS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL 175
3.1. EUDEMONISTA 176
3.2. UNIPESSOAIS 179
3.3. PARENTAL 182
3.4 SOLIDÁRIA 183
3.5. MOSAICO 184
3.6. EXTENSA 192
3.7. HOMOSSEXUAL 194
3.7.1. Conceito e disposições gerais 194
3.7.2. Princípios constitucionais aplicáveis à temática 198
3.7.3. O papel da jurisprudência no reconhecimento de direitos aos casais do mesmo sexo 204
3.7.4. A dissolução da união homossexual e seus efeitos jurídicos ... 211
3.8. SIMULTÂNEA 211
3.9. POLIAFETIVA 224
3.10. VIRTUAL (“IFAMILY”) 229
3.11. COPARENTAL 238
3.12. MULTIESPÉCIE 239
3.13. RESUMO DOS MODELOS DE FAMÍLIA 242

4. REGIME DE BENS 243
4.1. CONCEITO E DISPOSIÇÕES GERAIS 243
4.2. DO PACTO ANTENUPCIAL 247

STJ00111653

4.2.1. Disposições gerais 247
4.2.2. Estabelecimento de cláusulas existenciais 249
4.2.3. Celebração de negócios jurídicos processuais 252
4.3. MODALIDADES 255
4.3.1. Comunhão parcial de bens 255
4.3.2. Comunhão universal de bens 272
4.3.3. Separação convencional de bens 278
4.3.4. Separação obrigatória de bens 282
4.3.5. Participação final nos aquestos 288
4.3.6. Regime Misto 290
4.4. ATOS QUE DEPENDEM DA AUTORIZAÇÃO DO CÔNJUGE 291
4.5. ATOS QUE INDEPENDEM DA AUTORIZAÇÃO DO CÔNJUGE 297
4.6. MODIFICAÇÃO DO REGIME DE BENS NO CASAMENTO 301
4.7. MODIFICAÇÃO DO REGIME DE BENS NA UNIÃO ESTÁVEL 308
4.8. DESCONSIDERAÇÃO INVERSA DA PERSONALIDADE JURÍDICA NAS AÇÕES DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL 309
5. DISSOLUÇÃO DO CASAMENTO E DA UNIÃO ESTÁVEL 313
5.1. FIM DA UNIÃO E SUAS DIFICULDADES 313
5.2. DISSOLUÇÃO DO CASAMENTO 316
5.2.1. Da indissolubilidade ao direito potestativo ao divórcio 316
5.2.2. Da separação e a sua inutilidade no direito de família contemporâneo 321
5.2.3. Divórcio 325
5.2.3.1. Procedimento do divórcio litigioso 327
5.2.3.2. A possibilidade de decretação do divórcio liminar 331
5.2.3.3. Procedimento judicial do divórcio consensual 337
5.2.3.4. Divórcio extrajudicial 342
5.2.3.5. Retorno ao nome de solteiro(a) e a modificação dos assentos de nascimento dos filhos 346
5.2.3.6. Organograma do divórcio 347
5.2.3.7. Divórcio realizado no estrangeiro e suas modificações após a Emenda 66/2010 347
5.3. DISSOLUÇÃO DAS FAMÍLIAS CONVIVENCIAIS 351
5.3.1. Organograma da dissolução das famílias convivenciais 358

STJ00111653

5.4. SEPARAÇÃO DE CORPOS EM SEDE DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA ANTECIPADA ANTECEDENTE 358

5.5. VIABILIDADE DA CUMULAÇÃO DO RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL ANTECEDENTE AO CASAMENTO E DA AÇÃO DE DIVÓRCIO... 361

5.6. DA FIXAÇÃO DE ALUGUEL NO CASO DE UTILIZAÇÃO EXCLUSIVA DE BEM PENDENTE DE PARTILHA 362

5.7. AÇÃO DE EXIGIR CONTAS ENTRE CÔNJUGES E COMPANHEIROS..... 366

5.8. CESSÃO DE MEAÇÃO ENTRE OS PARCEIROS AFETIVOS OU TERCEIROS 368

5.9. PARTILHA DAS COTAS SOCIAIS 370

5.10. POSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO DA SEPARAÇÃO DE FATO MESMO COM A MANUTENÇÂO DE COABITAÇÃO..... 375

6. RELAÇÕES DE PARENTESCO 377

6.1. CONCEITO E APLICAÇÕES 377

6.2. O VÍNCULO DE PARENTESCO 380

6.2.1. Em linha reta 381

6.2.2. Em linha colateral, transversal ou oblíqua 381

6.2.3. Por afinidade 384

7. FILIAÇÃO 387

7.1. PROVA DA FILIAÇÃO..... 388

7.2. FILIAÇÃO MATRIMONIAL 391

7.3. FILIAÇÃO DECORRENTE DE RELACIONAMENTO CONVIVENCIAL OU EVENTUAL 397

7.3.1. Reconhecimento dos filhos de forma voluntária 398

7.3.2. Reconhecimento dos filhos de forma oficiosa 398

7.3.3. Reconhecimento dos filhos por via do procedimento previsto no Provimento 16/2012 do CNJ 400

7.4. FILIAÇÃO DECORRENTE DE PROCEDIMENTOS DE REPRODUÇÃO ASSISTIDA 404

7.5. FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA POR MEIO DA POSSE DO ESTADO DE FILHO 406

7.5.1. Características gerais 406

7.5.2. Ação declaratória de filiação socioafetiva..... 410

7.5.3. Verdade biológica “versus” afetiva: como resolver essa equação? 418

STJ00111653

7.5.4. Posse de estado de filho na prática: quais os caminhos possíveis? 422

7.6. MULTIPARENTALIDADE 424

7.7. RECONHECIMENTO EXTRAJUDICIAL DE FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA E MULTIPARENTALIDADE 430

7.8. MATERNIDADE DE SUBSTITUIÇÃO 436

7.9. INVESTIGAÇÃO DA PARENTALIDADE 439

7.10. INVESTIGAÇÃO DA ANCESTRALIDADE GENÔMICA 451

7.11. AÇÃO NEGATÓRIA DE PATERNIDADE 453

7.12. AÇÃO ANULATÓRIA DE REGISTRO CIVIL 456

7.13. IMPUGNAÇÃO IMOTIVADA DE PATERNIDADE 458

8. ADOÇÃO 461

8.1. CONCEITO E DISPOSIÇÕES GERAIS 461

8.2. PESSOAS QUE PODEM ADOTAR E SER ADOTADAS 464

8.3. PROCEDIMENTO 469

8.4. ADOÇÃO INTERNACIONAL 476

8.5. ADOÇÃO DIRIGIDA OU INTUITU PERSONAE 477

8.6. ADOÇÃO UNILATERAL 480

9. FUNÇÃO PARENTAL (PODER FAMILIAR) 485

9.1. CONCEITO 485

9.2. OBRIGAÇÕES 489

9.3. USUFRUTO E ADMINISTRAÇÃO DOS BENS DOS FILHOS E A POSSIBILIDADE DA AÇÃO DE EXIGIR CONTAS 502

9.4. SUSPENSÃO 505

9.5. DESTITUIÇÃO 506

9.6. ABANDONO AFETIVO E A OBRIGAÇÃO DE CUIDADO INERENTE À FUNÇÃO PARENTAL 511

10. GUARDA 529

10.1. CONCEITO 529

10.2. MODALIDADES DE GUARDA 530

10.3. A APLICAÇÃO DA GUARDA COMPARTILHADA MESMO EM CASOS DE LITÍGIO ENTRE OS GENITORES 540

STJ00111653

10.4. GUARDA COMPARTILHADA QUANDO OS GENITORES NÃO RESIDEM NA MESMA CIDADE OU PAÍS 546
10.5. A EXCEPCIONALIDADE DA APLICAÇÃO DA GUARDA UNILATERAL 548
10.6. EXERCÍCIO DO DEVER DE VIGILÂNCIA 551
10.7. ALIMENTOS NA GUARDA COMPARTILHADA 552
10.8. GUARDA ALTERNADA 553
10.9. GUARDA ATRIBUÍDA A TERCEIROS 554

11. CONVIVÊNCIA FAMILIAR 559
11.1. CONCEITO E APLICAÇÃO 559
11.2. DA IMPOSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO DE REGIME LIVRE DE CONVIVÊNCIA À LUZ DA DOUTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL 566
11.3. LEGITIMIDADE DOS AVÓS, TIOS E IRMÃOS UNILATERAIS 570
11.4. EFETIVIDADE 573

12. ALIENAÇÃO PARENTAL 579
12.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS 579
12.2. FORMAS EXEMPLIFICATIVAS DE ALIENAÇÃO PARENTAL 584
12.3. QUESTÕES PROCESSUAIS 589
12.4. MEDIDAS A SEREM TOMADAS 595
12.5. A GUARDA COMPARTILHADA COMO MEIO DE PREVENÇÃO 597
12.6. ABUSO AFETIVO E OS DANOS MORAIS PELA PRÁTICA ALIENADORA 599
12.7. DENUNCIAÇÃO CALUNIOSA DECORRENTE DA FALSA DENÚNCIA DE VIOLÊNCIA FÍSICA OU SEXUAL 605

13. ALIMENTOS 613
13.1. CONCEITO 613
13.2. CLASSIFICAÇÃO QUANTO À CAUSA JURÍDICA 615
13.3. CLASSIFICAÇÃO QUANTO À NATUREZA 617
13.4. CARACTERÍSTICAS DO DIREITO À PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA 618
13.4.1. Direito personalíssimo 618
13.4.2. Intransferibilidade 619
13.4.3. Incompensabilidade 619
13.4.4. Irrenunciabilidade 621
13.4.5. Impenhorabilidade 623
13.4.6. Irrepetibilidade 623

STJ00111653

13.4.7. Reciprocidade 624
13.4.8. Divisibilidade 625
13.4.9. Da solidariedade da dívida alimentar em favor do idoso 626
13.4.10. Condicionabilidade 627
13.4.11. Alternatividade 627
13.4.12. Futuridade 629
13.4.13. Transmissibilidade 629
13.5. ESPÉCIES 632
13.5.1. Gravídicos 632
13.5.2. Provisórios e provisionais 636
13.5.3. Transitórios 642
13.5.4. Alimentos intuitu familiae 646
13.5.5. Compensatórios 647
13.5.6. Definitivos 655
13.6. FIXAÇÃO E BASE DE INCIDÊNCIA 655
13.7. FIXAÇÃO EM ACORDO REALIZADO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO OU DEFENSORIA PÚBLICA, PELOS ADVOGADOS OU MEDIADOR CREDENCIADO 664
13.8. OBRIGAÇÃO EM FAVOR DE FILHOS CRIANÇAS E ADOLESCENTES 666
13.9. ALIMENTOS EM FAVOR DE FILHO MAIOR DE IDADE 669
13.10. OBRIGAÇÃO EM FAVOR DE FILHOS SOCIOAFETIVOS 672
13.11. ALIMENTOS DECORRENTES DO FINAL DE RELACIONAMENTO AFETIVO 674
13.12. OBRIGAÇÃO EM FAVOR DO IDOSO 678
13.13. OBRIGAÇÃO DOS AVÓS 682
13.14. OBRIGAÇÃO DOS COLATERAIS: DO PAGAMENTO DE ALIMENTOS PELOS IRMÃOS E DA IMPOSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO ENTRE TIOS E SOBRINHOS 686
13.15. REVISÃO E EXTINÇÃO 690
13.16. PROCEDIMENTO INDIGNO DO CREDOR 695
13.17. COMPETÊNCIA 698
13.18. VALOR DA CAUSA 699
13.19. EXECUÇÃO 700
13.19.1. Execução de título extrajudicial 702
13.19.2. Execução de título judicial 704
13.19.2.1. Rito da coerção pessoal (prisão) 704

STJ00111653

13.19.2.2. Rito de constrição patrimonial 721
13.19.2.3 Cobrança por ambos os ritos no mesmo procedimento 727
13.19.3. Instrumentos de defesa do executado 728
13.19.3.1. Disposições gerais 728
13.19.3.2. Quadro sobre as possibilidades de defesa do executado nos ritos da expropriação e coerção pessoal 731
13.20. DANOS MORAIS POR INADIMPLEMENTO ALIMENTAR 732
13.21. AÇÃO DE EXIGIR CONTAS EM RELAÇÃO ÀS PARCELAS ALIMENTARES 740
13.22. PRESCRIÇÃO 753
13.23. A INCONSTITUCIONALIDADE DA TRIBUTAÇÃO EM PENSÕES ALIMENTÍCIAS COMO FORMA DE GARANTIA DO MÍNIMO EXISTENCIAL 756
13.24. QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS NO DIREITO ALIMENTAR 762
13.24.1. Ação de regresso para ressarcimento dos valores pagos a título de alimentos gravídicos ou provisionais 762
13.24.2. Ação de indenização das despesas adicionais do período da gravidez quando ausente postulação de alimentos gravídicos 766
13.24.3. Estipulação de compensação financeira ao genitor com dedicação exclusiva à prole 769

14. TUTELA E CURATELA 771
14.1. NOTAS INTRODUTÓRIAS QUANTO AO DIREITO PROTETIVO 771
14.2. TUTELA 772
14.2.1. Conceito e obrigações 772
14.2.2. Dos Bens do Tutelado 782
14.2.3. Prestação de contas 783
14.2.4. Cessação da Tutela 784
14.3. CURATELA 784
14.3.1. Do instituto da curatela e as alterações promovidas pelo Estatuto das Pessoas com Deficiência 784
14.3.2. Autocuratela 791
14.3.3. Processo de tomada de decisão apoiada 791
14.3.4. Das hipóteses excepcionais de curatela 795

15. ASPECTOS PROCESSUAIS DO DIREITO DE FAMÍLIA 801
15.1. "LEVA TUDO AQUILO QUE EU DEI...": OS CONFLITOS FAMILIARES E A NECESSIDADE DE UMA INTERVENÇÃO DIFERENCIADA 801

STJ00111653

15.2. COMPETÊNCIA 804

15.3. OS FATOS NA PETIÇÃO INICIAL E O ABANDONO DO PARADIGMA DE "NOVELA MEXICANA" 805

15.4. PEDIDO PARA RISCAR EXPRESSÕES NEGATIVAS NAS PETIÇÕES 806

15.5. O PROCEDIMENTO DIFERENCIADO DAS AÇÕES DE FAMÍLIA 809

15.6. MEDIAÇÃO FAMILIAR 813

15.6.1. Disposições gerais 813

15.6.2. A prática da mediação familiar à luz do CPC de 2015 e da Lei da Mediação 816

15.6.3. A prática da mediação familiar nos serviços notariais e de registro 821

15.7 NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS 824

15.8 DISTRIBUIÇÃO DINÂMICA DO ÔNUS DA PROVA 829

15.9 PROVA TESTEMUNHAL 837

15.10. PROVA PERICIAL E A IMPORTÂNCIA DO ASSISTENTE TÉCNICO 840

15.10.1. Disposições gerais 840

15.10.2. A perícia psicológica e a necessária revisão da Resolução n. 008/2010 do Conselho Federal de Psicologia 845

15.11. A PROVA ILÍCITA NAS DEMANDAS FAMILISTAS 848

15.12. DISREGARD (DESCONSIDERAÇÃO INVERSA DA PERSONALIDADE JURÍDICA) NAS DISSOLUÇÕES AFETIVAS E NAS AÇÕES DE ALIMENTOS 854

15.13. ABUSO DO PROCESSO E O ASSÉDIO PROCESSUAL 860

16. COVID-19 E SEUS IMPACTOS NO DIREITO DE FAMÍLIA 865

16.1. A IMPERIOSA COMPREENSÃO DO INSTITUTO DA GUARDA COMPARTILHADA 865

16.2. O REGIME DE CONVIVÊNCIA COM AMBOS OS NÚCLEOS FAMILIARES 869

16.3. OBRIGAÇÃO ALIMENTAR 874

16.3.1. Ações revisionais 874

16.3.2. Incidência sobre seguro desemprego e auxílio emergencial instituído pela Lei 13.982/2020 877

16.3.3 Execução de alimentos 879

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 883